

O GOVÊRNO DA OPINIÃO

Raul Pilla

EDEN substituiu natural e automaticamente Churchill na chefia do governo britânico. Não houve, sequer, remodelação do gabinete, pois não se produziu a menor alteração na situação política da Inglaterra. O Partido Conservador, agora dirigido por Eden, ainda é maioria no Parlamento e, provavelmente, no País.

Entretanto, não se contenta Eden com receber a herança do grande chefe que se retira. Podendo suceder-lhe tranquilamente com o apoio da mesma maioria parlamentar, proclama a intenção de consultar o eleitorado, convocando-o à eleição geral, daqui a algumas semanas.

Aí está uma coisa difícil de compreender no clima político latino-americano. Prorrogar o mandato legislativo, sob a alegação dos mais variados motivos, inclusive a vantagem da coincidência dos mandatos, isto se tem preconizado; mas reduzir mandatos com o mesmo objetivo seria tão grande absurdo, que nunca ninguém o propôs. Entretanto, na Inglaterra e, de modo geral, em todos os países onde o sistema parlamentar se estabeleceu solidamente nos costumes, nada é mais natural do que abrir-se mão de um resto de mandato, para que a nação tenha oportunidade de manifestar as suas tendências e a sua vontade. Não se concebe possa alguém exercer o poder, sem estar apoiado pela maioria do eleitorado. Nem se entende seja o mandato representativo um direito individual, subjetivo, mas, pelo contrário, uma função pública, que de acordo com o interesse da coletividade e os cânones da democracia se deve exercer. Estar no governo ou deixá-lo é secundário na escola do governo parlamentar; o poder não é um fim, senão simplesmente um meio.

Dir-se-á que Eden nada arrisca, convocando agora eleições gerais. É engano: arrisca tanto, como arriscaram os trabalhistas que, em situação semelhante, há anos perderam o poder. É que, sendo o parlamentar o governo da opinião, ninguém o pôde admitir, que na opinião não esteja constantemente fundado.